

Concepção Sindical e Mudanças Estatutárias

Contribuição 1

Contribuição Assistencial a Todos os Integrantes da mesma Categoria, mesmo que não Filiados ao Sindicato. Proposta ao Sintusp

1) Contribuição Sindical dos Empregados

Esta Compatível desde 09/11/2023, na Constituição a imposição de contribuição compulsória, por meio de acordo ou convenção coletiva de trabalho, a empregados não filiados ao Sindicato respectivo.

O que é contribuição assistencial? Já considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a contribuição negocial — uma espécie de retribuição do trabalhador às conquistas salariais obtidas pelos sindicatos — foi apontada como possível fonte para o funcionamento das entidades sindicais. 6 de nov. de 2023.

ARE 1018459 do STF, institui a contribuição assistencial a todos os integrantes da mesma categoria, mesmo que não filiados ao sindicato, **contudo, fica assegurado o direito de oposição.** Toda esta arrecadação será integral para pagar as dívidas do Sindicato. Em havendo sobra, será pago dívidas trabalhistas e Fiscais da “entidade”. Na sobra, deverá se repor a diferença do prêmio dos funcionários USP x aos do sindicato, no valor igual ao servidor USP do último prêmio de 2023. **Aos anos posteriores. Se obedecer ao mesmo teor administrativo, e com a sobra de valores, o investimento será em Computadores, em Infraestrutura e no “Jurídico” do Sindicato. Se ainda houver sobra, será chamado novo congresso, de ponto específico deste fato.**

2) Qual é a função de um Delegado Sindical?

Como representante direto, o delegado sindical atua em seu local de trabalho como presença viva do próprio sindicato. Com a incumbência de **representar, defender, ouvir e estimular os seus colegas**, o delegado passa a ser um fiscal dos direitos e deveres dos trabalhadores filiados.

O que significa delegado sindical?

Eleito pelos colegas de trabalho, o delegado sindical é a voz dos trabalhadores no Sindicato, assim como o representante da entidade na unidade em que atua. Presente no cotidiano, o delegado sindical conhece as formas de opressão, assédio e outras violações dos direitos da categoria.

O que faz um diretor de Base do Sindicato?

Além de representar e defender os interesses dos trabalhadores administrativa e politicamente, participando de negociações e eventos em defesa da categoria e dos trabalhadores como classe, faz um trabalho de mobilização e conscientização, com esclarecimentos às dúvidas e questionamentos da base.

O que é representante de base?

Os representantes de base representam os sindicalizados e não sindicalizados nos locais de trabalho e participam do Conselho de Representantes, com os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Suplência do sindicato.

Conforme disposto no artigo 543 § 3º da CLT; No entendimento de que “Delegado Sindical não é beneficiário da estabilidade provisória” (já que sua escolha não se dá por eleição), não vale quando a referência é a categoria do tele atendimento. Neste caso, a estabilidade é prevista em norma coletiva, sendo sua duração, desde a candidatura até um ano após o mandato (artigo 543 § 3º da CLT).

Assina:-

Carlos Alberto Pereira Bezerra. CDB - RIBEIRÃO PRETO.

Contribuição 2

COLETIVO “SEMPRE NA LUTA LUTADORES E PIQUETEIROS”

CONCEPÇÃO SINDICAL E MUDANÇAS ESTATUTÁRIAS

Continuamos a defender os conceitos e princípios descritos no Prólogo do Estatuto do SINTUSP (LER O ESTATUTO).

O nosso sindicato deve continuar sendo **CLASSISTA**, pois o principal objetivo do sindicato é a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Os (as) trabalhadores (as) isolados (as) ou divididos (as) em corporações, tendem a limitar a luta pelos direitos da categoria e se torna incapazes de fazer respeitar estes direitos, tornando se corporativo.

O sindicalismo classista une os trabalhadores dando-lhes uma consciência coletiva combatendo o individualismo e a concorrência, criando uma relação de forças favoráveis na luta de classes contra os patrões, governos e o imperialismo.

Temos que sempre lutar para que o sindicato seja um instrumento de lutas contra os patrões, governos e políticas editadas contra os trabalhadores. Sindicato não deve ser visto como uma empresa, associação recreativa e com fins lucrativos. Sindicato é uma máquina de guerra que interfere na luta de classes, sempre a favor da classe trabalhadora.

SINTUSP INDEPENDENTE E AUTÔNOMO

O SINDICATO surgiu no Brasil e no mundo como uma organização livre, independente e autônoma, isto é, sem qualquer atrelamento com os estado, patrões e partidos. A luta por esta independência tem que estar presente nas direções sindicais combativas, mas esta luta não pertence a nenhum grupo ou pessoas e sim aos próprios trabalhadores. Reafirmamos também a luta para não sairmos deste caminho.

DEMOCRÁTICO

A Democracia operária no sindicato é um princípio que se realiza nas decisões coletivas e na própria forma da organização sindical.

Devemos nos orgulhar do avanço democrático que nosso sindicato teve, em 1979, quando formamos um Comando de Greve com representantes eleitos nas unidades e este foi o modelo para a formação do nosso CDB – Conselho Diretor de Base, que é uma instância formada por

representantes de unidades, com pensamento e posições de todas as correntes políticas e partidárias, mais os membros da diretoria colegiada, sendo esta instância deliberativa superior à diretoria. Devemos batalhar para **evar a consciência de classe dos nossos cedebistas e prepara-los para as lutas de classes do próximo período.**

Em 1989 acabamos com o Presidencialismo e foi instituído a “**diretoria colegiada**”, sem presidente e ou Coordenador Geral, etc...com todos os diretores com direitos e responsabilidades iguais.

Não podemos aprovar a **PROPORCIONALIDADE** na composição da Diretoria, pois com esta experiência tivemos o pior período deste sindicato. Defendemos que a democracia maior do sindicato é aquela com espaço para todas as correntes e partidos, se expressando nos seus Fóruns de acordo com a organização própria dos trabalhadores (as), como ocorreu nesta gestão em andamento, aonde hoje a diretoria é composta por três correntes políticas e independentes. Devemos lembrar que hoje os partidos ditos de “pseuda – esquerda”, direita e a extrema direita, rondam o sindicalismo.

Assim, propomos a manutenção do CDB – Conselho Diretor de Base e **Eleição Majoritária da diretoria.**

Rotatividade de Diretores Liberados e Diretores na direção: somos contra. Sempre defendemos que tanto na diretoria colegiada, como os diretores liberados, isto é, afastados para o exercício do mandato sindical, haja uma composição que mescle diretores experientes com novos, o que possa garantir uma direção

eficiente e com a incorporação dos que chegam, na execução das políticas deliberadas em diretoria, CDB, Assembleias e Congresso.

Demitidos políticos.

O princípio da solidariedade sempre esteve presente no SINTUSP ao longo da sua história. Hoje temos três demitidos políticos, com os seus direitos trabalhistas (em risco), somos solidários diante das grandes tragédias humanitárias e principalmente com os trabalhadores (as) da base. A militância do sindicato tem se enfraquecido, portanto, no próximo período, não podemos ficar sem estes três demitidos políticos que tomaram nas lutas de classes dentro da universidade, contra reitores e exploradores, o que poderia e poderá ainda acontecer com outros militantes. Fazemos autocrítica por não termos submetidos à avaliação destes demitidos em Assembleia a cada 12 meses. Mas quem convive a universidade e milita neste sindicato, não pode deixar de reconhecer que os três seguem na defesa intransigente dos direitos da categoria, alavancando as lutas e participando ativamente de todas as atividades e Fóruns do sindicato. **Manutenção dos três demitidos com todos os direitos trabalhistas.**

MUDANÇAS ESTATUTÁRIAS

CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Somos contra o negacionismo e acreditamos nos efeitos das mudanças climáticas global oriundas da destruição do meio ambiente, queimadas das florestas e cerrado e a emissão de gases estufa, que vem aumentando o aquecimento global e outros gases que destroem a Camada de Ozônio. No mundo grandes capitalistas, detentores da produção de alta tecnologia, através de equipamentos elétricos descartáveis e a mineração ilegal, contaminam a terra e o mar. O mar já convive com toneladas de plásticos, mercúrio, pilhas e outros componentes eletrônicos.

Quem mais sofre com as mudanças climáticas são as populações pobres, que são obrigadas a morar em áreas sem nenhuma infraestrutura, que serão afetadas pelo excesso das chuvas, vendavais e desmoronamentos de terra, provocando grandes tragédias. O Sindicalismo discute muito pouco ou quase nada, sobre o meio ambiente. É comum vermos em festas militantes jogando latinhas e garrafas no lixo comum, sem lembrar que um trabalhador e ou aposentado, estão sobrevivendo da busca e venda destes materiais recicláveis.

Sabemos também que o poder público pouco investe em meio ambiente e em projetos de recicláveis, portanto, temos que cobrar as iniciativas governamentais.

A Secretaria de Meio Ambiente competirá:

- a) Organizar a Secretaria;
- b) Criar atividades que conscientize os trabalhadores sobre a necessidade de ajudar a cuidar do meio ambiente;
- c) Cobrar da reitoria e dos governos projetos de recicláveis;
- d) Realizar debates sobre Temas relacionados ao meio ambiente.

Artigo 40º. do Estatuto, complementando a letra e), de que como será a representação de um cedebista eleito, quando no meio do seu mandato, é transferido para outra unidade.

CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

Importante destacar que a contribuição negocial não tem relação com a antiga Contribuição Sindical, também conhecida como Imposto Sindical, que foi banida da legislação pela Reforma Trabalhista (Lei 13467/2017).

A Contribuição Negocial será um aporte financeiro para o SINTUSP, que acumulou dívidas, depois da implantação de dois PIDV, que levou 3.000 funcionários a saírem da universidade, conseqüentemente

centenas destes deixaram de contribuir com o sindicato, que ajudará custear despesas com Campanha Salarial e renovação do ACT – Acordo Coletivo de Trabalho e outras lutas.

As lutas que levaram à inúmeras conquistas dos funcionários, fizeram com que as finanças ficassem fragilizadas, como acontece com a maioria dos sindicatos no Brasil na atualidade, até por serem comuns gastos expressivos nestas grandes lutas.

Somos a favor da implementação da Contribuição Negocial, com o objetivo de saldar a dívida do sindicato e fazer um Fundo para as Lutas e Greve. Não construímos opinião ainda sobre percentual de desconto e tempo de desconto.

O Congresso deverá deliberar sobre a questão, para depois ser apresentada em Assembleia Geral dos Funcionários da USP.

ASSINA:

COLETIVO “SEMPRE NA LUTA LUTADORES E PIQUETEIROS”

Contribuição 3

Comunistas Revolucionários

Concepção Sindical e Mudanças Estatutárias

Os sindicatos em geral e o Sintusp em particular precisam, sob pena de se tornarem inúteis, meras entidades cartoriais, se politizar e se profissionalizar. O Sintusp tem como tarefa imediata e urgente unificar as demandas políticas da maioria da comunidade universitária em torno de um programa político comum, que tenha projeção dentro e fora da universidade, que responda aos questionamentos tanto internos quanto externos à USP. A universidade, com seus alunos, professores e servidores, poderia facilmente ter um peso político muito maior do que tem, elegendo até, se fosse o caso, vereadores e deputados. Nossa comunidade reúne, só na capital, cerca de 100 mil pessoas. Apesar desse potencial, a influência política do Sintusp é nula.

Embora a unidade seja uma exigência inegável da realidade, a política do Sintusp aponta numa direção diferente: o isolamento. Os mais variados argumentos são usados para justificar que o sindicato continue filiado a uma central sindical de brinquedo, a CSPConlutas, mas o que de fato pode explicar esse vínculo são o sectarismo e os interesses mesquinhos dos diretores sindicais de manterem sob seu controle um aparato, mesmo que esse aparato seja cada vez menos efetivo.

Não temos nenhuma colaboração permanente real com os sindicatos que compõem o Fórum das 6, responsável por negociar nossos dissídios, não integramos a FASUBRA, federação de sindicatos dos trabalhadores técnico administrativos de todo o país, nem organizamos atividades comuns com os sindicatos que representam os funcionários do IPEN, que fica dentro do campus Butantã, ou do Instituto Butantã.

Seria necessário, para explorar o potencial político da USP, além de uma política mais coerente e menos empírica, tornar constantes as atividades de integração entre os diferentes setores: assembleias unificadas, participação intensa dos funcionários ligados ao sindicato na elaboração de atividades que dialoguem com a vida acadêmica dos alunos, eventos mais constantes e com caráter mais aberto capazes de reunir um público maior, na discussão dos temas colaterais e fundamentais nas congregações, nas reuniões de unidade, etc.

Do ponto de vista político, é preciso que o sindicato enxergue suas convergências com outros setores, inclusive com a burocracia universitária e os setores democráticos dessa burocracia que lutam para impedir a privatização da USP. Há lutas comuns com o professorado que não podem ser ignoradas, apesar das gritantes divergências ideológicas que possam existir. É preciso explorar as afinidades tanto quanto as divergências. É preciso, em suma, ser menos sensacionalista e mais racional, menos louco e mais comprometido com os reais interesses da comunidade universitária.

Não é hora de mudar pequenas incorreções do estatuto; é hora de lutar para ressuscitar o sindicato politicamente. Defendemos que o Sintusp proponha no interior da Conlutas sua dissolução e participe do esforço de convocar um Congresso para a refundação da Central Única dos Trabalhadores, único instrumento capaz de organizar campanhas políticas de grande envergadura que coloquem o movimento operário novamente no radar político.

Assinam:

Luiz Fellipe Lisbôa Mattos (FFLCH)

Idalina Fátima de Vale Nogueira (IP)

Contribuição 4

Contribuição no ponto de Concepção Sindical e Mudanças Estatutárias

REERGUER O SINTUSP PARA DEFENDER A CATEGORIA!

O Sintusp tem, se comparado à maior parte dos sindicatos do país, uma estrutura bastante democrática, sendo esse um legado a ser mantido. Realizamos assembleias com regularidade, permitindo a participação direta da base. O CDB é uma instância com representantes eleitos nas unidades e que, pelo estatuto, está acima da diretoria. A diretoria é colegiada, não havendo cargos como o de presidente. E, em momentos de greve, há a importante tradição de constituição de um comando com delegados eleitos na base e de dissolução da diretoria do sindicato nesse organismo.

Além disso, o Sintusp tem no seu estatuto o classismo. Sabemos que não basta constar no estatuto, e que a crise mais geral do sindicalismo também exerce pressão na nossa entidade, puxando-a por vezes para o corporativismo ou para métodos de pressão “parlamentar”. Porém, reivindicamos exemplos importantes de superação disso, como na construção da CSP-Conlutas como um polo de aglutinação dos sindicatos e movimentos sociais combativos e antiburocráticos, ou, ainda, em diversas lutas travadas na universidade em defesa dos terceirizados ou no apoio ativo a lutas externas.

Apesar de todos esses aspectos positivos do SINTUSP, há questões que precisam ser alteradas, visando o aprofundamento da democracia operária e a correção de problemas que se cristalizaram na entidade e abrem margem à burocratização.

Apresentaremos algumas reflexões mais gerais. As propostas concretas para os pontos que levantarmos pretendemos aprofundar no debate mais amplo e apresentá-las diretamente no congresso.

Finanças

A entidade passa hoje por uma grave crise financeira. Isso tem causas políticas profundas, relacionadas à crise geral do sindicalismo. Porém, há, também, questões relacionadas à gestão que contribuíram para isso e que refletem um problema de concepção. Nós consideramos que as entidades da classe trabalhadora devem ter a estrutura que a contribuição financeira dos seus associados permitir. Portanto, em um contexto de diminuição da categoria e dificuldades para ampliar a filiação, temos que adequar o tamanho do aparato às condições concretas atuais. O sindicato é uma ferramenta de luta da classe trabalhadora, e o aparato sindical tem que estar à serviço da luta, ao contrário de ser um entrave a ela.

Partindo da compreensão de que o sindicato deve sobreviver da renda proveniente de seus associados, consideramos que é necessário um plano emergencial para salvar o sindicato da insolvência. Nesse sentido, apoiamos o recebimento, de forma emergencial e excepcional, da taxa assistencial, com o objetivo de pagar a dívida que o sindicato possui atualmente. Porém, isso precisa ser feito pontualmente e visando esse objetivo concreto.

Isso não isenta a direção de pensar e promover mais cortes na estrutura caso necessário, além de ter uma política ousada de filiação. Também consideramos fundamental estabelecermos uma prestação de contas cuidadosa e regular das finanças do sindicato.

Demitidos políticos

Em primeiro lugar, reivindicamos a tradição do Sintusp de solidariedade aos camaradas que sejam demitidos por lutar, e defendemos que esse princípio solidário permaneça entre nós. No entanto, acreditamos ser preciso discutir esse tema com mais profundidade, sendo fundamental pensarmos em critérios gerais que balizem as medidas do nosso sindicato sobre esse tema.

Nesse ponto, acreditamos que o pagamento feito pelo sindicato aos demitidos políticos não deva ser considerado como salário, mas sim como uma ajuda de custo, auxiliando o camarada nesse momento de dificuldade. Isso significa que não deve ser considerado como um princípio que a pessoa receba o mesmo valor que recebia no momento da demissão, com todos os benefícios e afins. O valor a ser pago deve considerar também as condições concretas da entidade no momento.

Além disso, opinamos que é necessário que se estabeleça um limite de tempo para que o demitido seja custeado pela entidade. Para além de uma questão financeira, há uma questão política importante, que é evitar a burocratização e a consolidação de uma relação de dependência material do demitido em relação à entidade.

De resto, consideramos adequado o que já consta no estatuto a respeito do dever do demitido em dedicar seu tempo auxiliando o sindicato e da realização anual de uma assembleia de sócios para avaliar a situação.

Organização da Diretoria

Atualmente, o sindicato conta com 6 diretores que são liberados integralmente do trabalho para se dedicar à atividade sindical. Isso é uma conquista da nossa categoria, e consideramos muito importante ter camaradas que possam ter dedicação exclusiva à organização da categoria, já que o estado e os patrões têm inúmeros burocratas que podem se dedicar a nos atacar.

No entanto, avaliamos que é necessário que haja rotatividade desses liberados. Isso permite que mais companheiros da diretoria tenham a experiência de liberação e de conhecimento mais profundo da estrutura do sindicato e da categoria. Além disso, também representa um combate às pressões de se estar liberado do trabalho, afastando quem está nessa situação das condições concretas vivenciadas pela categoria no cotidiano do trabalho.

Quanto à forma de gestão, há o debate entre os que defendem que ela seja proporcional, com a presença de todas as chapas que concorrem na eleição na proporção dos votos que obtiveram, ou majoritária. Defendemos a manutenção do modelo majoritário atual, com a chapa vencedora assumindo integralmente a gestão. Consideramos que o modelo de proporcionalidade faz sentido em categorias muito grandes e dispersas, como ocorre na APEOESP. Nossa categoria, mesmo tendo presença estadual, é bastante concentrada no *campus* Butantã. Além disso, o CDB já cumpre o papel de ser um fórum de direção no qual estão presentes as distintas correntes de opinião presentes na categoria. Assim, consideramos que uma gestão com proporcionalidade mais confundiria a categoria do que ajudaria o sindicato a se enraizar na base.

Assinam:

Amanda Ferreira (ECA)

Felipe Cavalheri (SESMT)

Felipe Sunaitis (FFLCH)

Gustavo Carneiro (IP)

João Borghi (FFLCH)

Reinaldo Souza (FE)

Contribuição 5

MOVIMENTO NOSSA CLASSE E INDEPENDENTES

CONCEPÇÃO SINDICAL

Basta de subordinação das grandes centrais sindicais ao governo de Frente Ampla e à classe dominante! Pela mais ampla democracia operária e independência dos sindicatos em relação ao Estado para que sejam ferramentas da luta revolucionária de toda nossa classe!

Considerando que:

No capitalismo, a fonte dos lucros dos capitalistas é a exploração da força de trabalho dos trabalhadores. Por isso, buscam aumentar a exploração e diminuir o que pagam pelo trabalho. Assim, os trabalhadores precisam lutar para defender seus salários e direitos e mesmo quando os trabalhadores conseguem vencer, logo os capitalistas buscam arrancar de volta o que foi conquistado.

O saldo de cada uma dessas lutas é o avanço na organização e na consciência dos trabalhadores de que a nossa luta é a de toda a nossa classe contra a exploração.

Nesse sentido, nossa luta é sempre política. Mas, a burguesia busca apagar essa verdade, propagando a ideia de que os trabalhadores não devem fazer luta política, e de que os sindicatos devem servir para lutar somente por salários e direitos econômicos, melhores condições no marco da exploração. Para se manter no poder, e conservar a exploração, a burguesia usa as leis, a justiça, o governo, a polícia e a imprensa. Nós trabalhadores também devemos usar tudo o que estiver à nossa disposição para lutar contra toda a exploração, inclusive os sindicatos, que organizam um grande número de trabalhadores.

Os sindicatos também devem servir como um treinamento, uma escola, para os trabalhadores, sobre como tomar decisões, para aprender a organizar a luta e pensar os princípios para organizar toda a sociedade.

Colocamos aqui dois objetivos que defendemos para os sindicatos:

Ser uma ferramenta da luta revolucionária, e ser “Escolas de comunismo” para os trabalhadores aprenderem a dirigir a sociedade sem exploração e opressão. É por esses dois objetivos que defendemos que os sindicatos sejam controlados pela mais profunda democracia direta dos trabalhadores, com a mais ampla liberdade de posições políticas sem nenhum tipo de privilégios para parte dos trabalhadores ou seus dirigentes. Defendemos a democracia dos trabalhadores para que os sindicatos organizem o conjunto dos trabalhadores, efetivos, ou precários com total independência política e financeira dos sindicatos em relação ao Estado, aos governos e instituições burguesas. Que os sindicatos não defendam somente os interesses de sua categoria, mas de todos os setores explorados e oprimidos da população, das mulheres, dos negros, das LGBTQs. Defendemos o internacionalismo e solidariedade às lutas dos trabalhadores independentemente da sua nacionalidade. Esses são princípios necessários tanto para a luta revolucionária por uma sociedade sem exploração, quanto para que os trabalhadores se preparem para governar a sociedade, buscando construir um futuro sem classes e sem nenhuma forma de opressão.

Precisamos aprofundar a democracia dos trabalhadores no Sintusp e em defesa do sindicato e seus lutadores que são perseguidos pela patronal e pelo governo e ter independência de classe e enfrentar o estado. Os debates de concepção sindical nunca estão descolados da política. Os sindicatos são uma ferramenta fundamental de luta dos trabalhadores. O Estado e a classe dominante foram obrigados a reconhecer essa ferramenta, mas também buscam controlar a organização da classe trabalhadora através do atrelamento dos sindicatos ao Estado e da burocracia sindical. O governo de Bolsonaro buscou atacar a organização sindical, mas manteve as bases da sua estrutura. Mesmo com o governo rompendo seu pacto com a burocracia com as mudanças no financiamento sindical, as burocracias sindicais da CUT, Força Sindical e UGT buscaram negociar a manutenção dos seus privilégios e aparatos.

A trégua da burocracia sindical com a extrema direita produziu derrotas profundas nos últimos anos. Isso demonstra como a política de conciliação do PT é responsável por fortalecer a direita e a extrema-direita. Prova disso é que o atual o governo de frente ampla de Lula-Alckmin absorve e dá continuidade à agenda econômica da extrema direita, planejando e implementando novos ataques como o Arcabouço Fiscal, colaborando com outros como o Marco Temporal, e mantendo as reformas trabalhista e previdenciária, a ampliação da terceirização e todos os demais ataques dos governos Temer e Bolsonaro.

As grandes centrais sindicais estão inteiramente subordinadas ao governo e apoiando sua política, desorganizando nossa classe. Seguem isolando e dividindo as lutas em curso. Como forma de conter a luta de classes, estabelecendo limites e parâmetros das concessões econômicas para manter a hegemonia da dominação burguesa. A contrapartida financeira para a burocracia sindical nesse pacto passa fundamentalmente pelo retorno de um novo tipo de contribuição sindical compulsória. A reestruturação financeira do aparato da burocracia sindical será pela via da relação de tutela com o Estado capitalista, com uma prática de contenção das lutas para a manutenção da dominação burguesa. Diante da necessidade de defesa dos direitos dos trabalhadores que estão sendo brutalmente atacados desde o golpe institucional, e do governo de extrema-direita, é fundamental que esse combate à política das burocracias sindicais se apoie na tática da frente única operária, ou seja, na batalha pela unidade da nossa classe na luta, a partir de chamados a essas direções sindicais a construir em unidade a luta pelas necessidades mais sentidas da nossa classe, como barrar os ataques e revogar o legado de Temer e Bolsonaro que o governo Lula mantém intocado, buscando que essas exigências cheguem à base dessas burocracias. Só assim é possível ao mesmo tempo fortalecer a luta imediata da nossa classe e avançar contra o controle dessas burocracias sobre as organizações da nossa classe.

A situação da esmagadora maioria dos sindicatos no país leva a uma única conclusão: para resistirmos aos ataques não devemos fomentar nenhum tipo de ilusão no governo de Frente Ampla. Precisamos nos contrapor a esse pacto e retirar os sindicatos das mãos da burocracia, retomando-os para as mãos dos trabalhadores e a construção da CSP-Conlutas deve ser orientada nessa perspectiva. Para isso é fundamental lutar em todos os sindicatos para superar o corporativismo que separa a luta econômica da luta política batalhando para que os sindicatos assumam em suas mãos as demandas de todos os setores oprimidos e sendo porta-vozes de todas as mazelas e sofrimentos da população como um verdadeiro tribuno do povo. É fundamental batalhar pela mais ampla democracia operária nos sindicatos, reafirmar as assembleias como organismos fundamentais da organização dos trabalhadores, bem como todos os espaços que possam dar voz aos trabalhadores. Batalhamos pela proporcionalidade na diretoria dos sindicatos para que todas as posições políticas possam se expressar e defendemos a rotatividade de todos os cargos sindicais, e principalmente dos cargos com liberação sindical do trabalho, como forma de combater a burocratização dos dirigentes sindicais. Precisamos batalhar para organizar os setores mais amplos da nossa categoria, incluindo terceirizados e precarizados em geral.

MUDANÇAS ESTATUTÁRIAS

Em defesa do classismo e da democracia operária!

Reivindicamos o SINTUSP como um dos sindicatos mais democráticos e combativos do país. Isso se expressa em sua história, em sua independência do Estado, em sua prática orientada pela luta de classes, não corporativa, combativa, não conciliadora e subordinada à democracia operária, e também em seu estatuto, que deixa claros esses princípios.

Consideramos que é uma tarefa fundamental deste congresso do SINTUSP defender, manter, e buscar aprofundar ainda mais esses elementos de classismo que são parte da tradição de nosso sindicato. E chamamos os setores da diretoria e da vanguarda de nossa categoria que compartilham da defesa dessas posições a atuarmos em unidade com esse objetivo.

A partir dessas considerações, propomos:

1) Manter e aprofundar a auto-organização a partir de assembleias de base como espaços soberanos onde tudo é decidido, praticando a democracia operária que passa por que os dirigentes sindicais se submetam às decisões da base;

2) Nesse mesmo sentido defendemos manter que, nos momentos de luta, o comando de greve é constituído por delegados eleitos na base e revogáveis, com plenos poderes para decidir os rumos da luta, no qual a diretoria do sindicato se dissolve se submetendo também à eleição na base;

3) Votar e implementar a rotatividade dos dirigentes sindicais liberados combatendo a permanência dos dirigentes afastados por muito tempo da base; Pela rotatividade na diretoria executiva do sindicato! Cada diretor deve poder participar da diretoria executiva, que fica integralmente liberada do trabalho para atuar em defesa da categoria, por no máximo meio mandato (18 meses). É uma forma de garantir a proximidade dos dirigentes sindicais com a base dos trabalhadores e os problemas cotidianos do ambiente de trabalho, e evitar a acomodação na liberação do trabalho, como um privilégio consolidado em relação aos demais trabalhadores. Em caso de perseguição política sobre esses diretores, ou por outros fundamentos, uma Assembleia pode aprovar exceções, com prazo determinado prorrogável somente por nova Assembleia.

4) Pela rotatividade na diretoria do sindicato! Cada associado deve poder participar de no máximo dois mandatos consecutivos da diretoria, ficando depois inelegível por um mandato. É uma forma de garantir sempre a renovação na diretoria do sindicato, e a formação de mais trabalhadores como dirigentes. Qualquer exceção deve ser fundamentada e aprovada por uma Assembleia. Cláusula de transição: não se aplica nas próximas eleições, pois implicaria na inelegibilidade simultânea de quase toda a atual diretoria.

5) Nas eleições sindicais adotar a proporcionalidade na diretoria como forma de expressar democraticamente todas as posições políticas e assim fortalecer a representatividade na própria diretoria. Cada chapa que se apresentar nas eleições deve ter membros na diretoria em número proporcional aos votos que obtiver, desde que atinja um percentual mínimo de votos para evitar chapas patronais e sem apoio dos trabalhadores. Isso busca garantir que todas as posições existentes entre os trabalhadores se expressem na diretoria, e estimular o avanço da consciência dos trabalhadores permitindo que conheçam e tirem lições da experiência na prática com essas posições.

6) Realizar periodicamente assembleias de prestação de contas como forma de que a base tenha ainda maior controle sobre o Sintusp como ferramenta de luta.

7) Exigir que as centrais sindicais saiam da paralisia e organizem um plano de lutas, construído na base, que culmine em uma greve geral para revogar as reformas, o Arcabouço fiscal, privatizações e todos os ataques.

8) A FASUBRA reúne sindicatos das universidades federais de todo país que recentemente fizeram uma importante greve nacional em defesa da educação, das condições de trabalho, pesquisa e ensino. O Sintusp poderia cumprir um importante papel junto a outros sindicatos ligados à CSP-Conlutas que atuam na FASUBRA para chegar nacionalmente com as ideias de um sindicalismo classista, combativo, democrático e independente fortalecendo a luta dos próprios trabalhadores da USP e das demais universidades. Por isso defendemos que o SINTUSP volte a ser filiado à FASUBRA.

9) Reafirmamos as decisões congressuais do SINTUSP contrárias à cobrança do imposto sindical e reivindicamos a tradição do SINTUSP da defesa de um sindicalismo independente dos patrões, do governo e a defesa de que o financiamento do sindicato deve ser feito exclusivamente com a contribuição da filiação voluntária dos seus associados. Tendo em vista a grave situação financeira do SINTUSP consideramos importante todas as medidas feitas no sentido de quitar as dívidas do sindicato e exclusivamente para esse objetivo defendemos a aprovação da contribuição assistencial em caráter totalmente excepcional, temporário e destinado exclusivamente ao fim de quitar as dívidas do sindicato e formar um pequeno fundo de luta pois a cobrança desse tipo de taxa compulsória indefinidamente viola a independência política e financeira de nosso sindicato.

10) Organizar atividades, encontros e discussões sobre o combate às opressões, com o objetivo de construir a unidade da classe trabalhadora na luta contra a opressão e exploração.

11) O lazer, o esporte e a cultura são cotidianamente negados aos trabalhadores. Que o SINTUSP promova festas, atividades culturais, esportivas visando integrar todos os trabalhadores da USP, efetivos ou terceirizados, sócios ou não-sócios, com professores e estudantes.

12) O SINTUSP é um exemplo nacional na defesa dos terceirizados. Para avançar mais em sua organização, propomos que os trabalhadores terceirizados e precários que se associem ao sindicato paguem um valor simbólico como mensalidade.

13) Em defesa dos lutadores perseguidos pela reitoria, pelo governo e pelos patrões e em defesa dos demitidos políticos de nosso sindicato (Givanildo, Brandão e Alexandre). Reintegração imediata de todos os demitidos políticos. Lutar pela retirada de processos e contra a perseguição a ativistas da categoria promovidas pela reitoria, governo e patrões.

Assinam:

MOVIMENTO NOSSA CLASSE E INDEPENDENTES

Contribuição 6

Contribuição da Diretoria

CONCEPÇÃO SINDICAL E ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Por um SINTUSP classista, combativo, democrático e independente dos patrões e dos governos!‡

Para se manter no poder, e conservar a exploração capitalista e as diversas formas de opressão, a burguesia usa as leis, a justiça, o governo, a polícia para controlar os sindicatos e impedir que sejam ferramentas de combate da classe trabalhadora contra o capitalismo. Para isso, atrelam os sindicatos ao Estado e contam dentro da esmagadora maioria dos sindicatos com burocracias que atuam como agentes a serviço dos interesses da classe dominante subordinando os sindicatos às instituições e ao regime político, dividindo, desmoralizando e traindo as lutas e limitando às reivindicações dos trabalhadores apenas a pautas econômicas e corporativas. Lula, desde seu primeiro mandato, trabalhou para subordinar ainda mais os sindicatos e centrais sindicais ao governo e à burguesia usando as centrais sindicais para dar sustentação a seu governo e impedir que as lutas possam se desenvolver. Por isso é uma questão crucial defender a independência de classes dos sindicatos em relação aos governos e aos patrões e apostar na mobilização e na luta de classes para defender os interesses dos trabalhadores e todos os setores oprimidos pois esses interesses são opostos e inconciliáveis aos dos patrões e dos governantes. Por tudo isso lutamos contra a conciliação de classes, defendemos um sindicalismo classista e que aposta no caminho da luta e da mobilização para defender os interesses do conjunto da classe trabalhadora mantendo a independência de classe dos governos e patrões.

As lutas das trabalhadoras e trabalhadores da USP e as mobilizações pelas necessidades mais imediatas e parciais precisam ser encaradas como parte da luta da classe trabalhadora nacional e internacionalmente e ter como perspectiva a derrota e superação do sistema capitalista. Por isso defendemos um sindicalismo combativo e democrático em que as decisões sobre tudo devem ser tomadas coletivamente através das assembleias soberanas em que todos possam falar e decidir, pois isso fortalece o nosso sindicato e acreditamos que a emancipação da classe trabalhadora será obra da própria classe trabalhadora. Defendemos a auto-organização pela base, ampliando a democracia nos momentos de luta, com a dissolução da diretoria do sindicato em um comando de greve com representantes eleitos pela base nas unidades.

O Sintusp foi fundado em 28 de outubro de 1988, mas história de luta vem desde a histórica greve de 1979, quando o SINTUSP ainda se chamava ASUSP. Desde a greve de 1979, feita em meio a ditadura militar e da sua fundação o SINTUSP vem se mantendo como um sindicato combativo, democrático, independente do governo e dos patrões e que se orgulha de defender o conjunto da classe trabalhadora e todos os oprimidos. Carregamos em nossa história greves como a de 1986, a poderosa greve de 1988, em que a assembleia histórica dos sócios da ASUSP, decidiu transformar a nossa antiga associação no primeiro sindicato de funcionários públicos do Brasil e assim, a ASUSP se tornou SINTUSP. Durante o final dos anos 80 e durante os anos 90 lutamos contra todos os ataques da reitoria, dos governos em SP e também enfrentamos os ajustes neoliberais de Collor, Itamar e FHC. Sofremos duros ataques com demissões e perseguição dos lutadores na greve de 1995. Mesmo assim não nos rendemos e mantivemos a nossa organização e foi assim que em 2000 fizemos uma forte greve de 56 dias arrancando conquistas e fortalecendo a aliança com os estudantes em defesa do caráter público da educação. Em 2004, 2005 e 2006, fizemos novas greves em defesa da universidade pública, lutamos contra a Reforma da Previdência de Lula e foi nesse sentido que nos somamos à fundação da Conlutas.

Em 2007 voltamos a lutar junto com os estudantes, em defesa dos nossos salários e direitos e da autonomia universitária, contra os decretos de José Serra. Foram 56 dias de greve, sendo 50 deles com ocupação da reitoria junto aos estudantes. Com isso derrotamos o governador e seus decretos, e também

arrancamos um reajuste dos nossos salários. Em 2009, arrancamos com a força da greve a manutenção de 5214 postos de trabalho que estavam ameaçados. Em 2010, fizemos outra greve em defesa dos salários, sofremos desconto dos salários, em resposta, ocupamos a reitoria por mais de 30 dias e forçamos o reitor Rodas a pagar os dias que havia descontado, arrancamos conquistas salariais muito importantes. Durante toda a nossa trajetória apoiamos as lutas dos trabalhadores do campo e da cidade nacionalmente e na USP buscamos apoiar as greves das trabalhadoras terceirizadas assim como nos solidarizamos e apoiamos as lutas dos estudantes e professores. Como parte dessas batalhas nosso sindicato, seus ativistas e diretores foram brutalmente perseguidos pela reitoria, pelo governo, pela justiça e pela polícia, o que resultou em diversos processos administrativos, trabalhistas e criminais contra os lutadores, multas, confisco de receita e a demissão política de companheiros como Givanildo, Brandão e Alexandre.

Em 2014, fizemos uma das maiores greves da história da USP, que durou 118 dias, em defesa dos salários, condições de trabalho, da educação, do HU e HRAC e enfrentamos junto a outras categorias o governo de Alckmin e Dilma. Enfrentamos uma dura repressão, sofremos três meses de descontos de salários, mas, a categoria e o sindicato não recuaram fazendo valer a palavra de ordem: NÃO TEM ARREGO!! Se não fosse a greve, a combatividade do sindicato e da categoria, a reitoria teria avançado ainda mais no seu projeto privatista de universidade.

Depois, enfrentamos o governo Bolsonaro e durante a pandemia mesmo em condições difíceis mobilizamos os trabalhadores através de uma greve sanitária em defesa da vida e de condições dignas de trabalho para os trabalhadores da saúde no HU.

Essa história de lutas e conquistas da nossa categoria, é o que nos permite resgatar e atualizar o quanto foi importante para os trabalhadores da USP ter um sindicato combativo, democrático, classista e independente do Estado e dos patrões, para impulsionar suas lutas. Esse resgate do papel imprescindível, cumprido pelo SINTUSP, nessa trajetória de lutas e conquistas da nossa categoria, e faz importante nesse momento em que a categoria de conjunto precisará debater e tomar decisões sobre a manutenção e o fortalecimento político e financeiro do nosso sindicato.

1) Manter e aprofundar a auto-organização dos trabalhadores e a participação da base através de assembleias de base como espaços soberanos onde tudo é decidido democraticamente praticando e a mais ampla democracia operária que passa por exemplo por que os dirigentes sindicais se submetam às decisões da base, e que a base tenha o controle do sindicato, como por exemplo através das assembleias de prestação de contas. Reivindicamos e defendemos manter um aspecto da auto-organização que se expressa nos momentos de luta em que os comandos de greve sejam constituídos por delegados eleitos na base e revogáveis, com plenos poderes para decidir os rumos da luta e no qual a diretoria do sindicato se dissolva se submetendo também à eleição na base sendo esses critérios aplicados ao conjunto da categoria incluindo sedes e subsedes do interior e litoral.

2) Manter e aprofundar a independência política de classe do Sintusp diante dos patrões, dos governos, do Estado capitalista e de suas instituições (como o Judiciário, Congresso etc).

3) Em defesa dos lutadores perseguidos pela reitoria, pelo governo e pelos patrões e em defesa dos demitidos políticos de nosso sindicato (Givanildo, Brandão e Alexandre). Reintegração imediata de todos os demitidos políticos.

4) Lutar pela retirada de processos e contra a perseguição a ativistas da categoria promovidas pela reitoria, governo e patrões.

Assinam:

Diretoria do Sintusp

Contribuição 7

SINTUSP 45 ANOS DE HISTÓRIA DE LUTA QUE PRECISA E VAI SE MANTER VIVA!!

Em defesa da tradição classista, independente, combativa e democrática do Sintusp

Considerando que:

A organização sindical dos trabalhadores da USP se inicia em 1979 em plena ditadura militar, quando declaramos a maior greve que já fizemos e que se espalhou para amplos setores do funcionalismo. Na USP éramos 18 mil funcionários. Pela Lei de Segurança Nacional (da ditadura) o servidor que fizesse greve era condenado de 6 meses a 2 anos de prisão e os que incitassem a greve de 2 a 6 anos. Os servidores públicos eram proibidos de se sindicalizar. A ASUSP (Associação dos Servidores da USP) era dirigida por pelegos de extrema direita. Após a vitoriosa greve na eleição da ASUSP em 1979 varremos os pelegos e decidimos em assembléia que a ASUSP seria nosso sindicato de fato. Participamos ativamente da luta pelo direito a sindicalização enfim aprovada em 1988 quando transformamos a ASUSP no primeiro sindicato de servidores do país em 28 de outubro de 1988.

A poderosa greve de 1988, que enfrentou Quércia e Sarney, foi onde fizemos a assembleia histórica dos sócios da ASUSP, que deliberou, soberanamente, transformar a nossa antiga associação no primeiro sindicato de funcionários públicos do Brasil e assim, a ASUSP se tornou SINTUSP. Graças àquela greve, e à perseverança e garra de milhares de lutadoras e lutadores conquistamos também a autonomia universitária e mais uma sequência de reajustes mensais, pela inflação.

A tradição do nosso sindicato foi sendo forjada baseando-se na história de luta da classe trabalhadora e em oposição ao sindicalismo corporativista e pelego que defendia a conciliação de classes. A democracia operária experimentada pelas maiores lutas revolucionárias da nossa classe internacionalmente nos mostrou a importância da organização coletiva e democrática pela base. É nossa tradição a organização a partir de assembleias de base soberanas, em que o microfone esteja aberto a todas e todos lutadores que queiram fazer falas e apresentar propostas, que são decididas pelo voto. É a base quem decide sobre cada passo de nossas lutas e sobre tudo que o sindicato deve fazer.

Essa trajetória e deve continuar sendo um ponto de apoio para a organização dos trabalhadores, estudantes e professores na USP e fora dela, para a juventude e todos os oprimidos, para enfrentar a extrema-direita e o bolsonarismo, com Tarcísio em São Paulo que quer derrotar os trabalhadores e impor a marteladas a privatização dos serviços públicos, as reformas que o governo de frente ampla de Lula-Alckmin não revogou, mas aprofundou com o arcabouço fiscal e agora o PL da uberização, e contra a traição e o controle das burocracias das grandes centrais sindicais que deveriam estar preparando um plano de lutas que culminasse numa greve geral para revogar as reformas e todos os ataques.

1- Defendemos a auto-organização dos trabalhadores. Criamos o conselho diretor de base que é uma instância acima da diretoria para que as decisões sejam cada vez mais democráticas. Nas greves, a luta precisa ser guiada pelas mãos dos lutadores, por isso nos orgulhamos dos comandos de greve onde a diretoria do sindicato se dissolve e o comando formado por delegados eleitos pela base em cada unidade se torna a direção do movimento. A cada greve não conquistamos apenas nosso salário, tiramos lições de luta que ajudam a avançar nossa organização para uma vitória definitiva dos explorados.

2 - Entendemos que a luta contra nosso patrão, fundamental para impor nossas demandas, é incompleta se não vemos como os patrões e seus representantes no poder se articulam para cortar nossos direitos. A burguesia é a responsável por arrastar para a barbárie a humanidade, com guerras como a da Ucrânia, massacres como estamos vendo na Palestina e a destruição do meio ambiente. O que nos une às demais categorias é que somos todos explorados e se estivermos unidos e organizados podemos derrotar esse sistema de exploração e construir uma nova sociedade sem exploração e opressão.

3- Por isso, dizemos que somos uma só classe e, portanto, não aceitamos a divisão em categorias que a burguesia impõe, a luta de uma categoria é a luta de todos nós e é internacional. Lutamos pela união da classe trabalhadora da cidade e do campo, dos trabalhadores que têm carteira assinada, mas também dos informais, precarizados e desempregados. Essa lição é parte indissociável da tradição do Sintusp. Por isso, é uma marca central do nosso sindicato a defesa intransigente das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados, que são trabalhadores da USP, e não “outra categoria”, e nos orgulhamos de cada uma das experiências do nosso sindicato atuando conjuntamente com essas trabalhadoras, na maioria mulheres e negras, na luta em defesa de seus direitos. E isso enfrentando a repressão, como as multas da justiça burguesa contra o nosso sindicato por atuar assim, a pedido das burocracias que dirigem sindicatos dessas trabalhadoras, uma tentativa de impor à força a divisão da nossa classe, que não aceitamos. Consideramos cada uma dessas batalhas como parte de uma luta pela total igualdade de direitos e

salários entre efetivos e terceirizados, e pelo fim da terceirização, com a efetivação de todos e todas trabalhadoras terceirizadas, sem a necessidade de concurso público, pois já provaram na prática que podem realizar seu trabalho, e o fim da terceirização não pode custar a demissão dessas trabalhadoras.

E no mesmo sentido, defendemos que os trabalhadores uberizados e precarizados tenham todos os direitos garantidos, contra o PL do governo Lula que busca consolidar a uberização.

Também é parte da nossa tradição de luta pela unidade das fileiras da nossa classe o combate contra o racismo, o machismo, a LGBTfobia a partir de nosso sindicato, e nos orgulhamos muito das experiências de organização da base e luta da nossa categoria contra os assédios e todas as formas de opressão com as quais a burguesia busca dividir a nossa classe.

4- A unidade entre estudantes e trabalhadores foi forjada pelo nosso sindicato que entendeu que defender os trabalhadores é defender a universidade junto com aqueles que nela estudam. Por isso nos orgulhamos de termos cedido espaço no Fórum das seis para que as entidades representantes dos estudantes estivessem conosco nas negociações da campanha salarial e todas as demais. Somos contra essa estrutura de poder da universidade e contra o elitismo e o racismo da USP, por isso lutamos em defesa das cotas raciais e do fim do vestibular, e defendemos uma Estatuinte livre e soberana e a dissolução do CO essa cúpula da burocracia acadêmica. Essas posições são parte da defesa de uma universidade a serviço da classe trabalhadora e do povo pobre.

5- Independência política dos governos e patrões significa um combate à conciliação de classes, que também é marca do nosso sindicato, assim como a não confiança no judiciário e a independência política em relação a todas as instituições do Estado.

E não nos abtemos do profundo debate político contra qualquer pressão corporativista que leve os trabalhadores a acreditarem que a sua luta se encerra na luta material por salário, não vendo a necessidade de combater a terceirização e a precarização do trabalho e de se aliar aos movimentos sociais em luta contra as opressões e por direitos.

6- Defender os lutadores contra a repressão do Estado e dos patrões é um princípio do qual nosso sindicato deve se orgulhar. Defendemos aqueles que tombaram ou que foram punidos por lutar com todas as nossas forças, ninguém fica para trás! Por isso, defendemos nossos demitidos políticos, vítimas da perseguição da reitoria, da justiça e dos governos burgueses, Brandão, Givanildo e Alexandre. Lutamos pela reintegração de todos os demitidos políticos e pela retirada de todos os processos, contra a perseguição a ativistas da categoria promovidas pela reitoria, governo e patrões.

Viva a luta do povo palestino!! Viva a luta da classe trabalhadora internacional!!! Abaixo o capitalismo e viva a revolução socialista!!

Essas posições são parte da tradição que ajudamos a forjar neste sindicato, que consideramos fundamental batalhar para manter e aprofundar neste 8º Congresso.

Assinam:

CLAUDIONOR BRANDÃO

MAGNO DE CARVALHO